

Desenvolvimento sustentável e saúde do trabalhador: “Esperando Godot”

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

Introdução

“Não existe espera, você tem que agir”. A frase de Zé Celso^{1,2} se reporta à direção da clássica peça de Samuel Beckett “Esperando Godot”³.

Ao contrário do Godot original, em que os personagens o continuam esperando indefinidamente - talvez Deus (God-ot) -, na versão muito própria de Zé Celso, surpreendentemente Godot morre.

Esperar o Desenvolvimento Sustentável (DS) sem incluir o mundo do trabalho em suas entranhas políticas, ideológicas, epistemológicas é esperar Godot – o de Zé Celso. Caso não parta do primado da defesa intransigente e inegociável da Saúde do Trabalhador (ST) - sua dignidade, sua vida, seu direito humano -, a sobrevivência do Desenvolvimento Sustentável (DS) corre perigo.

Uma palavra que deve subir como estrela ao céu de nossas bocas - os que defendemos a ST - é esta: não existirá DS sem que ele passe pelo mundo do trabalho e os que o habitam e o alimentam.

A espécie humana existe por duas razões: o trabalho e sua decorrência: o desenvolvimento. Propiciado pelo modo como o trabalho escalou a montanha do tempo, o desenvolvimento da espécie é a sua sentença inexorável.

A fascinante história do trabalho humano, inaugurador da ciência empírica, hoje pouco ou nada reconhecida, não pode ser chamada de fascinante com respeito ao desenvolvimento da espécie. Nem precisa ser dito que o desenvolvimento humano colocou os seus provedores intelectuais, nossos cientistas ancestrais - os trabalhadores braçais, construtores, serviçais e artesãos - os que criaram o mundo do trabalho, na escuridão dos porões da servidão. Fez-se o mundo do trabalho com a masmorra da opressão e da exploração sobre os que o construíram. Encarcerados continuam. Os séculos devem estar exaustos de assistir ao mesmo. Até hoje (agora mesmo) existem 50 milhões de seres humanos em condições de escravidão moderna.⁴

¹ [1....](#)

² [2....](#)

³ [3.....](#)

⁴ [4.....](#)

Mas, esse dado é uma estimativa e define apenas pessoas contabilizadas em situação de trabalho. Dados que se fossem analisados, com base num conceito de escravidão moderna, não separariam escravos trabalhadores de trabalhadores escravizados por força dos modelos de desenvolvimento. Alguma dúvida de que os 50 milhões de escravos ‘oficiais’ chegariam às casas estatísticas dos bilhões de seres humanos?

Às vezes a ciência detalha para chocar menos, às vezes detalha para chocar mais. O que vale é saber que o número oficial é um exemplo de modéstia epidemiológica. Basta olhar para o lado.

No Brasil, estatísticas de trabalho escravo só se conhecem depois dos ‘apreendidos’ pela Polícia Federal (alguns “gatos pingados” frente à dimensão desconhecida). Por isso não é epidemiologicamente pertinente falar sobre esses números.⁵ Pertinente (e elegante) é falar sobre DS entre amigos, esperando o entregador de aplicativo trazer a pizza, depois das outras vinte entregues naquele dia, ou defender a sustentabilidade, dentro do Uber, a caminho da roda de samba. Isso na 20ª corrida do motorista, naquele dia de samba, esperando Godot.

Não seria exagerado dizer que os 50 milhões de escravos modernos (reconhecidos) no mundo, estejam situados no Brasil, já que não há ‘precisão’ científica da pesquisa. Para nós, brasileiros, que andamos pelas ruas, entramos nos shoppings, ônibus, bancos, farmácias, fábricas, lavouras, carros de aplicativos, condomínios e rodas de samba, o número de 50 milhões de escravos brasileiros e brasileiros escravizados é razoável. Pode não ser cientificamente correto, mas a empiria diz que é bem próximo da realidade.

Falar que existe desenvolvimento sustentável, sem que a saúde do trabalhador seja mencionada, será epistemologicamente correto? Os teóricos da sustentabilidade perguntarão como assim? Perguntarão mesmo que no seu balaio de teorias não se encontre a realidade epistêmica dos 15 segundos.

A Organização Internacional do Trabalho assevera, oficialmente, que a cada 15 segundos morre um ser humano de acidente ou doença no (ou do) trabalho no mundo – seis mil e 300 mortes por dia totalizando dois milhões e 300 mil mortes por ano⁶. Ainda que sejam números subestimados, a OIT deveria vociferar a sentença de que nem existe e nem existirá desenvolvimento sustentável no mundo real, a

⁵ [5.....](#)

⁶ [6.....](#)

partir desse escândalo algébrico. O silêncio da OIT (por razões sabidas) é corroborado pela brandura do enunciado 8 dos ODS – [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável](#) – que contempla *Trabalho Decente e Crescimento Econômico*. A própria expressão que propõe trabalho decente considera, *per deductionem*, que o trabalho é indecente. É uma espécie de afirmação de que embora seja indecente, até 2030 com os ODS, vamos transformá-lo em decente. Será?

A Conferência de Alma-Ata, de 1978, que buscava uma Saúde para todos no ano 2000, mesmo não alcançando seu objetivo, foi fundamental para estimular novas formas de organização dos modelos de saúde (vide o SUS no Brasil).

Já dos ODS (até 2030), em que o trabalho, além de coadjuvante, ‘será decente’, não há o que esperar. Reitero que não há DS sem um profundo reconhecimento do trabalho como direito humano e como o alicerce da sustentabilidade.

Fui motivado a escrever o presente texto, a partir de uma revista científica conceituada do campo da saúde do trabalhador, com a seguinte chamada para apresentação de artigos: “Desenvolvimento Sustentável e Saúde do Trabalhador”. Em virtude de normas de publicação que variam enormemente de revista a revista, baixa capacidade de autonomia da escrita por parte dos autores, limites e formatos, prazos extensos, pareceristas anônimos que interferem em forma e conteúdo, formatos de referências muito próprios a cada revista e o ineditismo exigido por um prazo que impede os autores de divulgarem seus trabalhos, no tempo ideal, já que o tempo de espera é imprevisível, inclusive com a sempre presente possibilidade da rejeição, abri mão de não enviar esse texto para lá. Com o texto pronto quatro meses antes do prazo final de apresentação da proposta, resolvi publicar no Blog Multiplicadores de Visat, onde a liberdade de expressão autoral, inclusive em matérias científicas, é sua expressão máxima. Esta foi uma das motivações, outra foi minha tese de doutorado intitulada “*Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma Política de Estado*”, defendida em 2007, em que observei a “*desfocalização da relação saúde-trabalho*” nas teorias do DS.

Aproveitando a chamada com as aspas “Desenvolvimento Sustentável e Saúde do Trabalhador” fiz uma garimpagem bibliográfica em alguns bancos de dados. É desolador. A conferir. Os escassos, demasiadamente escassos, artigos, além de exaustivamente repetidos não animam, 17 anos depois, a continuar a pesquisa.

Qual é o significado disso? Que relação existe entre desenvolvimento sustentável e saúde do trabalhador? Que teoria aproxima desenvolvimento sustentável e saúde do trabalhador? Quem discute a fundo o desenvolvimento sustentável tem algum elo de ligação, ainda que perdido, com a saúde do trabalhador? Se tirarmos as aspas, encontraremos algumas dessas respostas? Se ampliarmos as palavras-chaves encontraremos que caminhos para respondê-las? Essas poderiam ser algumas das questões norteadoras deste texto ou de qualquer tese acadêmica, como foram na minha tese. Pois (ainda) não há respostas.

Esperando Godot, toda a discussão sobre a relação DS-ST, suas epistemes cruzáveis esperam o cruzamento. Por mais que falemos em inter e transdisciplinaridade sobre o tema só temos teorias erráticas e omissas.

As primeiras menções à expressão ‘desenvolvimento sustentável’ remontam a 1987. Portanto, há poucos 37 anos. Curioso que somente depois de dezenas de milhares de anos de um desenvolvimento perpétuo (não sustentável), ele passa a ser desejado como sustentável. Simbolicamente é possível inferir que antes de 1987 essa sustentabilidade do desenvolvimento não era desejável (por não ser objeto de desejo da parcela humana que conduziu o desenvolvimento, cientistas e filósofos inclusos).

E agora que, afortunadamente, passou a ser objeto de alguns, que bases políticas e científicas sustentarão o ideário da sustentabilidade sem considerar o trabalho humano, o mundo do trabalho, as relações de trabalho, os conflitos de classe e as relações saúde-trabalho como o princípio fundador do desenvolvimento e de sua consequente sustentabilidade? Ah! Talvez esteja aí atrás algumas pistas.

Mahatma Gandhi, bem antes de 1987, afirmava “*Que Deus jamais permita que a Índia adote a industrialização à maneira do Ocidente. A Inglaterra precisou de metade dos recursos do planeta para alcançar tal prosperidade. De quantos planetas um país grande como a Índia iria precisar?*”⁷

Nada mais desafiador do que desconfiar dessa retórica adjetiva da palavra ‘desenvolvimento’ frente aos rumos do desenvolvimento atual, real e desolador. O que se vê não contempla o desejo do que se quer ver. Nada mais contraditório do que assistir aos senhores condutores do desenvolvimento aderindo a diversos projetos atuais de sustentabilidade, logo os mesmos que contribuem para a

⁷ [7.....](#)

insustentabilidade que nos desafia e afronta. Um exemplo do cinismo discursivo é o dos barões das indústrias multinacionais e os governos que a eles se subordinam.

Existe alguma sincera perspectiva de desenvolvimento sustentável para as indústrias bélica, química, petróleo, mineração, agro? Uma retórica falsa, fruto de uma espécie de temor subjetivo das elites econômicas e donos do mundo de serem interrompidos, à sua revelia, os elos hereditários da perpetuação do poder.

Além de 1% desses seres deterem 2/3 da riqueza mundial, estima-se que as fortunas bilionárias crescem atualmente (2023) 2,7 bilhões de dólares por dia.⁸ Pode não ser recomendável ser repetitivo, mas eu disse 2,7 bilhões de dólares por dia. Para esses, falar de DS é acrescentar um elo entre os elos dos que já dominaram e continuam dominando a cadeia produtiva da acumulação, da opressão e da dominação da classe trabalhadora, na história do mundo. E continuarão acumulando, agora, com a retórica do DS, para “fazer jus” à definição do Relatório Brundtland: “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades...”. É muito clara a ‘satisfação das próprias necessidades de continuar acumulando...’ Sem comentários... Uma radicalização da ideologia e da teoria da sustentabilidade, impõe-se. Um “desenvolvimento sustentável” (entre aspas mesmo), cheio de energias limpas, reciclagens de resíduos, pegadas de carbono etc., que torne o planeta mais “limpo”, será sustentável com trabalhadores confinados dentro dos muros inexpugnáveis dos *bunkers* produtivos, escravizados, morrendo, adoecendo, suicidando, sofrendo? E quem produzirá as novas energias limpas e reciclará os materiais reciclados, senão os mesmos trabalhadores escravos ou escravizados? Há, e deve mesmo haver, uma ideologia embutida no conceito da sustentabilidade. Ela passa por palavras de ordem de vários matizes. Mas, todas elas deveriam ser alicerçadas numa expressão chave: direito humano. Direito humano extensivo e inclusivo do direito à natureza. Mas, primordial e prioritariamente começando sempre pela pessoa humana, seja um sujeito individual, um sujeito coletivo, um sujeito político representativo ou seja um sujeito na solidão de seu abandono à própria sorte. Todos esses nas suas diversas relações com o trabalho e a sua saúde no trabalho - ao trabalhar, ao não poder trabalhar e ao trabalhar sem o direito de usufruir de sua própria saúde e própria vida -. Quem acredita que o

⁸ [8.....](#)

trabalho é a categoria central da vida que sustenta a produção do mundo e que o seu protagonista é a classe trabalhadora acredita nisso. Nenhuma novidade. Basta crer.

O direito humano, na perspectiva do desenvolvimento sustentável é fácil de delimitar: o direito à terra - corpo do planeta - e o direito à saúde - corpo dos humanos -. Mas, essa adesão está circunscrita a determinados grupos de idealistas e ideólogos, tais como ‘ambientalistas’ e suas inclusões nos movimentos sociais, nos parlamentos, nas academias, nas comunidades, nas escolas, nas pesquisas e demais.

Contudo, além de serem poucos, não parecem estar sintonizados com a ideia de um planeta sustentável que se sustenta no microcosmo de cada trabalhador, em cada atividade, seja qual for, em cada território, em cada momento, em cada circunstância, em cada subjetividade de sua entrega completa para sustentar a produção, seja qual for, desse mesmo mundo que vai se tornando cada vez menos humano e, portanto, mais insustentável (ou menos sustentável, se preferirem).

Estado, Mercado e desenvolvimento sustentável

O Desenvolvimento Sustentável (DS) é uma construção adjetivada. O substantivo desenvolvimento é mandatório. Se é predatório, belo, contido, feio, incontido, viável, sustentável ou insustentável depende da vontade (do dono) do substantivo. O desenvolvimento é, sempre foi e sempre será econômico. O desenvolvimento, baseado em qualquer modelo, seguido por todos os países, em qualquer cenário sociopolítico, historicamente determinado, é sempre hegemônico na sua dimensão de apropriação econômica de seus resultados, por (poucas) pessoas (e, não, pelas populações), empresas, grupos e governantes sócios do poder econômico.

Na Revolução Industrial, quando os riscos à saúde e o grave comprometimento de reprodução da força de trabalho, o capital industrial emergente acendeu o sinal vermelho e o que fez, antes mesmo do surgimento de sindicatos de trabalhadores? Criou, junto com a elite parlamentar britânica, um modelo de desenvolvimento produtivo que sustentasse a sobrevivência da classe trabalhadora. Nascia aí o DS? Não. Timidamente nascia a legislação trabalhista - o famoso contrato de trabalho -, onde, presumidamente, a classe trabalhadora seria protegida em sua saúde e sua vida. Ou seja, sob a regra do contrato feito por eles, o trabalho se tornaria ... indecente... indecente regrado. A ponto de, duzentos anos

depois, a OIT propor-lhes a decência e os donos do desenvolvimento e os teóricos da sustentabilidade adjetivarem eufemisticamente o substantivo desenvolvimento: sustentável. O FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, nos anos limítrofes da Guerra Fria, entraram na onda moderna de defender o meio ambiente, já sabedores que essa pauta era bem mais palatável e agradável do que continuar deblaterando com a luta de classe. Curioso que, pouco depois da queda do Muro de Berlim, em 1994, já havia sinais de um mercado promissor: o eco-business.

Nesse mesmo ano, nos EUA, existiam mais de 1.000 (mil) laboratórios de análise de poluição muito competitivos entre si (Maimon, 1994). Sabe-se lá se isso ocorreu por alguma influência do clássico de 1962 *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson⁹; se pela 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, ocorrido em 1972 (Estocolmo, Suécia)¹⁰; se com o Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*), em 1987¹¹; ou se por tudo isso junto, com um Mercado sempre de olho vivo.

Tanto nos documentos assinalados como nos textos que os analisaram posteriormente, faz-se menção à saúde e segurança do trabalho como espécie de ingrediente opcional no cardápio da sustentabilidade. Todavia, nunca como o ingrediente principal e, sempre, com a visão tradicional conservadora da medicina do trabalho e saúde ocupacional, em que os trabalhadores são meros objetos dispensáveis e passivos do desenvolvimento econômico-produtivo. Peças a serem repostas a qualquer momento, sem as respostas do porquê. Bem diferente, portanto, do ideário da saúde do trabalhador.

Fato é que a crescente assimilação da grife DS pelo capital internacional, inclusive frente a sinais de catástrofes iminentes, a essência do capital criou, rapidamente, novos nichos de mercado que continuam em crescente expansão. Energia limpa - novas fontes energéticas -, eletricidade, veículos e transporte, biocombustíveis; reaproveitamento e reciclagem múltiplas de lixo e resíduo - reuso, obras e construções, artesanato - entre muitos outros. As atividades vinculadas à sustentabilidade crescem simultaneamente, no mesmo passo, com as atividades geradas pela reestruturação produtiva neoliberal, ambas calcadas na

⁹ [9.....](#)

¹⁰ [10.....](#)

¹¹ [11.....](#)

desregulamentação do trabalho, desresponsabilização do Estado e empreendedorismo. Cerca de 93 milhões de brasileiros, estão, atualmente, envolvidos de algum modo com o empreendedorismo, sendo 13 milhões e duzentos mil cadastrados como MEI - microempreendedores individuais.^{12,13} O DS mostra sua cara (ou suas garras?). Se, por um lado, grande parte desses MEI são “sustentabilistas”, quantos estarão comprometendo seus futuros sem direitos básicos como aposentadoria, pensões, seguridade social para seus acidentes, mutilações, doenças diversas e uma palavra não propriamente sanitária: falências? Falências não só de suas vidas, mas também de seus micronegócios.

É inesquecível neste debate que a rara exceção dos ‘bem-sucedidos’ é exposta diuturnamente na mídia, entre montanhas de lixo e degradação ambiental. E nas reportagens jamais se observa a condição dos trabalhadores que servem a esses bem-sucedidos que se tornam ‘grandes’ microempresários. Não haverá desenvolvimento sustentável com trabalhadores nas novas masmorras com grades recicláveis.

Ideologia e desenvolvimento sustentável

Ninguém, em sã consciência, salvo os defensores da Terra quadrada, pode (ou deve) recusar ideologicamente o desenvolvimento sustentável como bandeira de luta em defesa dos povos, principalmente dos mais desprovidos e injustiçados socialmente, das nações, dos ecossistemas e, claro, do planeta.

Mas, será ingênuo aquele que, diante das modernidades mercadológicas e trabalhistas, associadas à sustentabilidade montada no ultraneoliberalismo e na necropolítica, não perceber que o discurso do DS esvazia conteúdos ideológicos historicamente consolidados, caso da luta de classes e da relação capital-trabalho. E, ainda, o do papel do Estado Democrático de Direito, na condução soberana das políticas públicas. Ingenuidade que se observa no mito de que a capacidade do desenvolvimento econômico possa se transferir ao mundo subdesenvolvido globalmente (Furtado, 1974), como se assim pudesse se tornar sustentável.

No início da década de 1970, num contexto de controvérsias sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente, o relatório do Clube de Roma pregava crescimento econômico zero, de modo a evitar a catástrofe ambiental. O

¹² [12.....](#)

¹³ [13.....](#)

Relatório Meadows (Meadows et al, 1972) “Os limites do crescimento” encomendado pelo Clube de Roma...

... emerge ... como uma proposição conciliadora, onde se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e disparidades sociais (Romeiro, 2001:7- 8).

As contradições ideológicas do debate começavam a sobressair, especialmente pelo relatório reviver a teoria malthusiana, com base na escassez de recursos naturais e a degradação ambiental. Amplamente divulgado, o relatório foi muito criticado na época (Corazza, 2005:441).

Simultaneamente, ainda no contexto da Guerra Fria, já com a grife do DS e do ecodesenvolvimento na Conferência de Estocolmo (1972), no mesmo ano do Relatório Meadows, o surgimento dos partidos verdes, abandonando a luta de classe como centro da luta política, erigiu uma ideologia que passou a

influenciar políticas públicas locais e globais; gerar novas formas de organização social; criar lógicas próprias de relações econômicas; ... reavaliações na configuração de processos produtivos industriais, agrícolas e extrativos ... no nível global, a temática do desenvolvimento sustentável foi rapidamente incorporada ao espaço de ensino, pesquisa e geração de conhecimento das escolas de nível básico e superior; ganhou relevância na mídia em todos os seus formatos; tornou-se objeto temático das artes, especialmente do cinema e da literatura; além de se tornar pano de fundo para gerar novas modalidades artísticas com material reciclado... (Vasconcellos, 2007, p. 107).

Desde que mantendo algum ingrediente de esquerda, a sustentabilidade do planeta foi capaz de converter marxistas revolucionários a “uma utopia reformista do desenvolvimento mundial, sem continuar confrontando diretamente a burguesia capitalista internacional...” (Idem, p.108).

A partir dessa transição ideológica, que acompanhou o processo de cuidados paliativos da Guerra Fria, cujo féretro se deu simbolicamente com a queda do Muro de Berlim (1989), com o apoio do Banco Mundial e agências robustas de financiamento, houve uma proliferação maciça de Organizações Não Governamentais (ONG). A avassaladora participação das ONG na esfera ambiente/sustentabilidade, com matiz ideológico de centro-esquerda, vai retirando da cena política o conflito capital-trabalho e introduzindo o conflito ambiental. Já nos primeiros anos 2000, o mundo contava com cerca de 300.000 ONG, corroborando a ideologia de Estado Mínimo, como espécie de contrapartida às

diretrizes (e financiamentos) do Banco Mundial, FMI, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e outras agências para essas iniciativas (Idem, p.115)¹⁴.

Tanto o desenvolvimento que conhecemos quanto o desenvolvimento sustentável como hoje está proposto são frutos da apropriação do mundo material por parte de uma minoria que conseguiu impor a sua vontade ao conjunto da humanidade. Ela atrela e subordina a sustentabilidade exclusivamente ao mercado e à ideologia que o sustenta (Leroy et al, 2002:18).

De lá para cá, 50 anos se passaram com inúmeras efemérides - conferências, encontros, declarações, compromissos, acordos - com o tema *chic* “Desenvolvimento Sustentável”. Todas elas entremeadas por um número incontavelmente maior de crimes ambientais e correlatos, impropriamente chamados de acidentes, pelo mundo afora. No Brasil perdemos a conta, desde que o DS irrompeu como ideologia: incêndios devastadores; desabamentos em comunidades; crimes hediondos da mineração nacional e da indústria de petróleo; soterramento de trabalhadores em obras cultuadas como magníficas; envenenamentos em larga escala do povo trabalhador no agronegócio; a lista é longa... (Gaze, 2023)¹⁵.

Se considerássemos, somente, o período em que se começou a discutir no mundo o “desenvolvimento sustentável”, este texto se transformaria numa enciclopédia sem fim dos grandes crimes dos modelos de desenvolvimento a partir do século 20. Essa é a ideologia que atravessa como punhal a ‘bem-intencionada’ sustentabilidade.

Epistemologia e desenvolvimento sustentável

Uma episteme do trabalho sustentável pressupõe a ampliação de uma crítica sobre a produção de conhecimentos no campo da sustentabilidade em geral. Considerar que a configuração do espaço planetário inclui o “planeta trabalho” é uma urgência epistemológica que ainda não foi assumida sistematicamente pela pesquisa acadêmica (Bonfatti et al, 2017, p. 263)¹⁶.

Principalmente a partir da Conferência Rio/Eco 92¹⁷, houve uma proliferação de teorias da sustentabilidade. “*A necessidade de uma estratégia epistemológica para a interdisciplinaridade ambiental adquire sentido para enfrentar*

¹⁴ [14.....](#)

¹⁵ [15.....](#)

¹⁶ [16.....](#)

¹⁷ [17.....](#)

as ideologias teóricas geradas por uma ecologia generalizada e um pragmatismo funcionalista” (Leff, 2000:25).

As inúmeras teorias, a despeito da intensa interdisciplinaridade que sustenta esse campo teórico, interpenetram postulados científicos físicos, químicos, matemáticos, biológicos com manifestações baseadas em correntes políticas. Geografia, Saúde, Antropologia, Arqueologia mesclam-se com correntes filosóficas e das ciências jurídicas criando muitas vezes zonas de sombra entre ciência, ideologia, utopia e ciência política. Embora sejam sempre bem-vindas as interfaces disciplinares para a construção de conceitos, miscelâneas conceituais acabam criando interpretações confusas. *“The many different interpretations of sustainable development are confusing.” (Hopwood et al, 2005:41).*

Algumas teorias propostas e/ou sistematizadas por vários autores (Stahel, 1994; Brüseke, 1994; Rhode, 1994; Georgescu-Roegen, 1995; Gallopin, 2003; Hopwood, Mellor, O'Brien, 2005) são apresentadas de forma sintética em Vasconcellos (2007).

A chamada “ciência pós-normal” (Funtowicz, Ravetz, de Marchi, 2000), frente aos dilemas conceituais aplicam em suas análises as categorias: incertezas, controvérsias, apostas (*stakeholders*) e decisões (*decision-making*)...

[...] los análisis científicos no son suficientes para determinar las exigencias de sustentabilidad sin ambigüedades. Esto es en parte porque la mayoría de los problemas ambientales se caracterizan por un estado fluido e incompleto de conocimiento científico, acompañado por impredecibilidades inherentes a los sistemas complejos (Funtowicz e De Marchi, 2000:69).

Joan Martinez-Alier (2005) estabelece relações entre Ecologia Política e Economia Ecológica, e Justiça Ambiental. “Nessa linha, a configuração de um novo paradigma da sustentabilidade vai se conformando, muito mais como *policy-making* do que teoria de base científica propriamente dita.” (Vasconcellos, 2007, p.138).

É desnecessário chamar a atenção que o mundo do trabalho é subsumido pelos modelos de desenvolvimento, em que as teorias da sustentabilidade se debruçam sobre os sistemas produtivos e seus conglomerados como um todo. Cada sistema produtivo de interesse direto na teoria da sustentabilidade, de per si, carrega um emaranhado de fios tecidos para sua existência. Como se fossem corpos, sua constituição é feita de células, cada uma com sua vida própria, mas dependente da totalidade delas. E suas totalidades dependem das demais totalidades que

compõem as cadeias produtivas que alimentam a humanidade como um todo. Se tomarmos alguns desses sistemas produtivos de interesse mais direto com o DS, temos a mineração, a siderurgia e metalurgia, o petróleo, a agricultura extensiva e todas as demais que compartilham as matérias primas que suprem o consumo humano. Em todas elas existem centenas de milhares, dezenas de milhões, de pequenas células, que são os estabelecimentos de trabalho, formais ou não, legais ou não, pequenos ou grandes espalhados pelo mundo. Neles existem: trabalho infantil aos milhões, trabalho escravo aos milhões, trabalhadores escravizados aos bilhões. É possível pensar e teorizar em desenvolvimento sustentável sabendo disso?

Atualmente se observa que grande parte dos textos científicos, no contexto nacional e internacional, prioriza modelos matemáticos e estatísticos aplicados a projeções sobre mudanças climáticas, esgotamento de reservas, performance química, pegada ecológica, reestruturação energética, modalidades poluidoras etc. Muitas teorias da sustentabilidade discorrem sobre petróleo, mineração, modelos econômicos, migrações, geopolítica, mas praticamente nada sobre o crescimento avassalador das indústrias bélicas e farmacêuticas, dissociando sua relação com o DS. E é desnecessário afirmar que nada se estuda, sequer se fala, sobre o mundo do trabalho e suas relações com a saúde dos trabalhadores. Sobre os porões da opressão.

Como se sem isso pudesse se falar em DS.

Esperando Godot:

Desenvolvimento Sustentável e Saúde do Trabalhador

A aproximação de dois campos científicos - DS e ST -, mesmo com fronteiras metodológicas imprecisas, repousa na possibilidade de sua interação, intersecção, atravessamentos. Possibilidade que tem um objetivo principal: o diálogo epistemológico entre eles, cujo resultado esperado é o cruzamento de teorias que possam aprimorá-las, a ponto de contribuir para transformar o mundo das coisas - o mundo em si mesmo -.

No livro [*Ecologia – Capital, Trabalho e Ambiente*](#), original italiano de 1977, a autora Laura Conti afirmava sobre o raciocínio ecológico que a primeira ordem de preocupações: *“diz respeito diretamente à saúde humana e, primordialmente, aos trabalhadores (dado que estes estão expostos, mais do que os outros cidadãos, a uma maior concentração de substâncias nocivas), mas que, progressivamente, compromete*

toda a humanidade.” (Conti, 1986, p.11/12). Publicado em 1986 (Editora Hucitec), o prefácio de David Capistrano e José Dirceu reafirmava a posição contrária de Conti à... “...concepção que vê na defesa do ambiente uma postura que escapa dos alinhamentos políticos e aos condicionamentos dos interesses de classe...”

Laura Conti foi contemporânea e alinhada ao Movimento Operário Italiano, cujo modelo foi a inspiração da Saúde do Trabalhador que adotamos no Brasil, em contraposição teórica e prática à Medicina do Trabalho e à Saúde Ocupacional.

Outro mentor italiano da ST, inclusive parceiro da Reforma Sanitária Brasileira - Giovanni Berlinguer - em seu clássico *A Saúde nas Fábricas*, original de 1969, publicado pelo Cebes-Hucitec, em 1983, com base na 5ª edição italiana de 1977, parece-nos premonitório sobre a relação DS-ST...

... [...] o Estatuto dos Trabalhadores e alguns contratos coletivos firmados na Itália entre 1969 e 1973 são conquistas de vanguarda, no que diz respeito ao mundo capitalista. ... Há entretanto alguns conceitos, algumas aquisições teóricas, que nasceram da experiência desses anos (e, portanto, radicadas nas massas) cujo valor transcende provavelmente o tema saúde e ultrapassa as fronteiras italianas. Creio que se os nossos filósofos ... estivessem mais atentos à evolução da relação entre capital e trabalho, entre ciência e sociedade; ... poderiam ser retiradas das lutas pela saúde conduzidas na Itália nesses anos, algumas indicações interpretativas de valor internacional para argumentos antigos que hoje suscitam debates apaixonados: a democracia como participação de massa; a relação ciência-trabalho e ciência-poder; os valores humanos na tecnologia moderna; a relação homem-ambiente (Berlinguer, 1983:23-24).

Fica muito evidente que o DS desfocaliza a relação saúde-trabalho. É curioso observar que os campos do DS e o da ST surgem no auge da Guerra Fria (anos 1960/1970). Ambos, com uma postura contra-hegemônica ao *status quo* do capital e seus níveis cada vez mais crescentes de acumulação. Enquanto o DS se preocupava com a degradação da natureza, a ST tinha como foco a degradação da classe trabalhadora. A desfocalização da relação saúde-trabalho pelo campo do DS pode não ter sido proposital, mas não foi ingênuo. No caso do DS, com suas teorias e práxis, a aliança tácita com a burguesia capitalista internacional alçou seus ideólogos, militantes, pensadores, teóricos, formadores, e outros, ao nível de comissionados de novos nichos de mercado e mantenedores ideológicos de novas ordens econômicas a serem “reguladas, controladas, compartilhadas.” Desvencilhar-se da luta de classe foi um passaporte necessário para a ordem do DS.

Já, a Saúde do Trabalhador, alijada de ser incluída no amplo espectro da sustentabilidade, foi e continua sendo capturada, em sua subjetividade e capacidade de resistência e luta política, por uma sedução natural, intensiva, ostensiva e

camuflada da ordem do capital: tornar-se parte. Mas é um “tornar-se parte” para continuar sendo escravo trabalhador ou trabalhador escravizado. Não deixa de ser uma “genial” jogada dos dominadores, com uma coisa que chamamos de neoliberalismo e alguns de necropolítica. E todos estamos sujeitos às duas. No caso do DS, a turma é sócia. No caso da ST, a turma continua sendo a sustentação dos sócios. Daí, a desfocalização da saúde do trabalhador do desenvolvimento sustentável não ser casual. Ela é necessária para a continuidade da dominação. Pelo menos enquanto o campo da saúde do trabalhador não despertar de seu sono, como se estivesse em coma induzido na UTI da relação espúria entre capitalismo e sustentabilidade.

Conclusão. Se Godot aparecesse....

Primeiro, Godot jamais apareceria. Ou ele não chega, ou ele morre. Não existe Desenvolvimento Sustentável que não passe pelo mundo do trabalho. Assim como não existe sociedade próspera que tem gente passando fome. Assim como não existem mudanças climáticas que só servem para reafirmar que, apesar do que elas causam, nada muda. Assim como provocações acadêmicas bem-intencionadas serão sempre mal-sucedidas no contexto de uma ciência subordinada aos que ditam as regras do jogo. Assim como a produção de conhecimentos sobre os rumos do mundo partem do topo do mundo, mesmo se sabendo que o mundo - esfera redonda - não tem topo. Assim como os espaços de dizer alguma coisa se dirigem aos espaços que só costumam ouvir o que querem ouvir. Assim como, infelizmente, Zé Celso morreu em 2023, Godot, se continuar dependendo da relação entre desenvolvimento sustentável e saúde do trabalhador, vai continuar morrendo muito. E cada vez mais..

•••••

Referências Bibliográficas

- Brüseke, FJ, 1994. O problema do desenvolvimento sustentável in Cavalcanti, C (org.) et al. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação. Recife-Brasil, out 1994. 262 p.
- Corazza, RI, 2005. Tecnologia e Meio Ambiente no debate sobre os Limites do Crescimento: notas à luz de contribuições selecionadas de Georgescu-Roegen. Revista Economia - ANPEC, 6 (2):435-461. Brasília: UNB.
- Furtado, C, 1974. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Funtowicz, S & Ravetz, J, 1997. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. História, Ciências, Saúde - Manguinhos 4(2): 219-230.

Funtowicz, S & De Marchi, B, 2000. Ciencia posnormal, complejidad reflexiva y sustentabilidad in Leff, E, ed. La complejidad ambiental. México DF: Siglo XXI, p. 54-84.

Furtado, C, 1998. El nuevo capitalismo. Revista de la CEPAL, número extraordinário, oct 1998 p.17-20.

Gallopín, Gilberto, 2003. Sostenibilidad y desarrollo sostenible: un enfoque sistémico. Cepal: Serie Medio Ambiente y Desarrollo 64. Santiago-Chile.

Georgescu-Roegen, N, 1995. La d'ecroissance: Entropie-Ecologie-Economie. Édition électronique. Présentation et traduction de MM. Jacques Grinevald et Ivo Rens. Nouvelle édition, 1995. [Première édition, 1979]. Paris: Éditions Sang de la terre, 1995, 254 p. Disponível em Acesso em 13/01/2024.

Hopwood, B; Mellor, M & O'Brien, G, 2005. Sustainable Development: Mapping Different Approaches. Sustainable Development 13, 38-52 (2005). Published online in Wiley InterScience (www.interscience.wiley.com).

Leff, E, 2000. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental in Philippi Jr., A; Tucci, CEM; Hogan, DJ, Navegantes, R. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus.

Leroy, J-P; Bertucci, AA; Acsehrad, H; Pádua, JA; Schlesinger, S & Pacheco, T, 2002. Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis/RJ: Vozes

Maimon, D, 1994. Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras: realidade ou discurso? in Cavalcanti, C (org.) et al. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação, Recife-Brasil, out 1994. 262 p

Meadows, D; Randers, J; Behrens, W, 1972. Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva.

Martinez-Alier, J, 2005. Metabolic profiles of countries and ecological distribution conflicts. United Nations University, Tokyo, 25 Nov., and Inst. of Economic Growth, University Of Delhi, 7 Dec. 2004, revised In June 2005.

Rohde, GM, 1994. Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado in Cavalcanti, C (org.) et al. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação. Recife-Brasil, out 1994. 262 p.

Romeiro, AR, 2001. Economia ou economia política da sustentabilidade? Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 102, set.

Stahel, AW, 1994. Capitalismo e Entropia: Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis in Cavalcanti, C (org.) et al.. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação. Recife-Brasil, out 1994. 262 p.

Vasconcellos, LCF. Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado.. ENSP/Fiocruz [Tese de Doutorado] Rio de Janeiro: s.n., 2007. xviii, 421 p.